Nº 61
Ano 2
Coleção
TEXTOS
ACADÊMICOS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O PARLAMENTARISMO NO GOVERNO DE JOÃO GOULART

Maria Ferdinanda Silveira Soriano da Cruz

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Filosofia, História e Geografia

NEH
UFRN

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
4.002135
C C H
Dpto de História
27.11.95

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA, HISTÓRIA E GEOGRAFIA

O PARLAMENTARISMO NO GOVERNO DE JOÃO GOULART

MARIA FERDINANDA SILVEIRA SORIANO DA CRUZ

Monografia submetida à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, conforme Res. nº 30/81 do CONSEPE, para fins de processo seletivo, objetivando a inclusão de Auxiliares de Ensino e Professores Colaboradores na referência inicial da classe de Professor Assistente.

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
NATAL, JANEIRO DE 1982

Labim/UFRN

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
COLEÇÃO TEXTOS ACADÊMICOS, 61

REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima
VICE-REITOR: Prof. Esequias Pegado Cortez Neto
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto
COORDENADORES DO PROGRAMA: Heloísa Carmen Lordão Monteiro
Maria Salete Pereira da Silva
João Afonso do Amaral
EQUIPE DE APOIO: Jacinta Leite de Oliveira
Pedro Gutemberg Pinheiro de Souza
Roberto Anderson da Silva
José Tavares Filho

Cruz, Maria Ferdinanda Silveira Soriano da.
O parlamentarismo no governo de João Goulart. Natal, PRAEU, 1982.
58f.

Monografia (concurso) Univ. Fed. Rio Grande do Norte.

1. Brasil - Política e governo - 1961-1964 - Monografias. 2. Parlamentarismo - Brasil - Monografias. I. Título.

CDU 328(81)"1961-1964"(043.3)

Labim/UFRN

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos "Banco de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.

A partir da classificação desses trabalhos, uma comissão composta por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de suas áreas, para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários, com livros impressos em off-set pela Editora Universitária e Textos Acadêmicos, reproduzidos pelo sistema de mimeógrafo, pelo grupo técnico da coordenação do programa, na sede da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

A UFRN pretende editar cerca de 400 títulos através das duas coleções, ao mesmo tempo em que publica um Catálogo Geral. demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária norte-rio-grandense.

É um programa ambicioso, mas simples e concreto como a vontade de fazer. Na medida em que estabelece um volume quantitativamente ousado de títulos para publicação, adota uma definição técnica no mínimo humilde para realizá-lo: a opção do mimeógrafo para a maioria das edições.

Há de ser reconhecido que a produção intelectual das Universidades tem sido dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos: promove currículos acadêmicos, ou é confinada em prateleiras. Em ambas as hipóteses, o ineditismo dos trabalhos conspira contra os seus verdadeiros desígnios.

Nosso programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento assimilado ou produzido pela Universidade, revalorizando o esforço intelectual dos professores ao mesmo tempo em que estimula a sua aplicação. E nenhuma outra pretensão nos orienta.

Diógenes da Cunha Lima
Reitor

Labim/UFRN

DEDICATÓRIA

Labim/UFRN

A Soriano e a Sílvia pelo sentido que deram à minha vida; pela alegria e a felicidade que me têem proporcionado.

Labim/UFRN

AGRADECIMENTO

Labim/UFRN

À Professora AMÉLIA BEZERRA LOPES o meu sincero agradecimento pela criteriosa correção de português desta monografia.

Labim/UFRN

SUMÁRIO

Labim/UFRN

Página

RESUMO 10

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE A QUESTÃO PRESIDENCIALISMO VERSUS PARLAMENTARISMO 17

1.1 - O Sistema Presidencial 17

1.2 - O Regime Parlamentarista 21

CAPÍTULO II - A SITUAÇÃO DO PRESIDENCIALISMO NO CENÁRIO LATINO AMERICANO 24

2.1 - O Brasil nos Regimes Presidencial e Parlamentar 25

2.1.1 - A Experiência Presidencialista 25

2.1.2 - O Parlamentarismo no Império Brasileiro.. 27

2.1.3 - 1961 - O Retorno ao Parlamentarismo: uma solução que se apresentou para a Nação... 28

CAPÍTULO III - O PARLAMETARISMO NA REPÚBLICA 31

3.1 - O Impasse da Sucessão 31

3.2 - A Solução encontrada pelo Legislativo 34

3.3 - Goulart: Um Presidente no Parlamentarismo.... 36

Labim/UFRN

Página

CONCLUSÕES 47

SUMMARY 52

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 54

Labim/UFRN

RESUMO

Labim/UFRN

Esta monografia aborda o tema O PARLAMENTARISMO NO GOVERNO JOÃO GOULART cuja delimitação cronológica corresponde ao período de setembro de 1961 a janeiro de 1963. Para uma compreensão exata das razões porque o Sistema Parlamentar nesta Republica não pôde desenvolver-se de forma cabal achamos por bem apresentar um referencial teórico sobre a questão Presidencialismo e Parlamentarismo, seguido de uma visão do cenário Latino Americano em face à inadequação do Sistema Presidencial de Governo adotado por suas Repúblicas e, em linhas gerais uma síntese da experiência parlamentar no Império Brasileiro.

A partir de então, elaboramos uma análise conjuntural do período de setembro de 1961 a janeiro de 1963, dimensionando os aspectos político, econômico e social do Parlamentarismo no Governo João Goulart.

Labim/UFRN

INTRODUÇÃO

Labim/UFRN

A presente monografia, intitulada "O PARLAMENTARISMO NO GOVERNO DE JOÃO GOULART" é o resultado de um estudo efetuado à base de uma bibliografia teórica sobre a questão Presidencialismo e Parlamentarismo, e uma bibliografia específica relacionada com o Governo do Presidente João Belchior Marques Goulart, durante o seu período de Governo de Gabinete.

Delimitamos, para o desenvolvimento do conteúdo fundamental deste trabalho, o Capítulo III, da presente monografia, o período correspondido entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, fase do Governo Parlamentar Republicano Brasileiro.

Considerando, todavia, que o País conhecera um sistema Parlamentar, no decorrer do Regime Monárquico e, portanto, anterior à instituição do Presidencialismo, entendemos a necessidade de iniciar esta monografia pela questão Presidencialismo e Parlamentarismo.

O Presidencialismo, pelas suas características, corresponde a um sistema que concede ao Chefe de Estado o exercício de plenos poderes. Pelo seu caráter de compromisso partidário, o Presidente da República, geralmente, exerce, de forma distorcida, as suas funções de Mandatário, colocando o poder pessoal e a aliança partidária acima dos legítimos interesses sócio-econômicos políticos que o momento histórico exige. Assim ocorrendo, é inevitável, nos países que adotam o Sistema Presidencial de Governo, registrar-se um desequilíbrio político, social e econômico, que por sua vez, também é causado pelo

Labim/UFRN

clima de forte tensão política e de movimentos sociais, conflitos armados, que afetam a economia e as finanças, bem como a paz social da Nação.

Caso típico são os países da América Latina, cuja história tem revelado a incompatibilidade do sistema presidencial com a formação política de seus povos e, redundado, na maioria das vezes, na existência de governos autoritários.

O Brasil tem conhecido problemas idênticos, no decorrer da sua vida republicana, sob regime presidencial, razão por que até 1961, muitas foram as vozes que reagiram contra o sistema.

O Sistema Parlamentar parece-nos ser o sistema mais afeito à solução dos problemas de uma Nação, por conter em si o poder de decisão coletivo, além da maior possibilidade que oferece de evitar grandes conflitos. Uma condição necessária para isso é que o Presidente da República se coloque na posição de Chefe de Estado e não de Chefe de Governo.

No caso particular do Brasil, é a nossa intenção, embora optemos pelo Sistema Parlamentar de Governo, demonstrar, sem paixão, através de uma análise contextual, que a experiência histórica parlamentar de uma época não quer significar que, em outro período histórico, o mesmo sistema possa obter os mesmos resultados - o êxito ou o fracasso alcançado em um período distante - porque as forças que agem e interagem na movimentação histórica, nos planos políticos, social e econômico, não são as mesmas.

Labim/UFRN

O nosso propósito é desenvolver a questão fundamental de nosso trabalho, O GOVERNO PARLAMENTAR DE JOÃO GOULART, caracterizando-o nos seus aspectos político, econômico e social, através das seguintes problemáticas levantadas:

1. As lutas de classes desenvolvidas nos governos de Juscelino e continuadas durante a Presidência de Jânio Quadros, assim como a crescente onda inflacionária dos respectivos governos, alcançaram o ponto crucial na Presidência de João Goulart, e são responsáveis pelas inquietações que o Governo conheceu e, que, em geral, são evitadas num sistema Parlamentar;

2. João Goulart era um democrata, um transformador e, por esta razão, procurou interferir no Governo de Gabinete e assumir uma posição de militante partidário - comprometido que era com a questão social trabalhista brasileira - sendo que, em um sistema Parlamentar o chefe de Estado deve postar-se de forma apolítica.

3. A movimentação histórica do período era caracterizada por um mundo em crise, onde o capital financeiro internacional tornava as nações subdesenvolvidas cada vez mais dependentes dele, o caso do Brasil.

4. O Parlamentarismo Brasileiro, entre 1961 e 1963, não pôde desenvolver-se plenamente, porque os grupos econômicos estrangeiros, em especial os norteamericanos, interferiam nas questões políticas da Nação, apoiados que eram pela Burguesia Industrial e Comercial Brasileiras, atreladas ao Capital Externo.

Labim/UFRN

CAPÍTULO I

Labim/UFRN

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA SOBRE A QUESTÃO PRESIDENCIALISMO x PARLAMENTARISMO

1.1 - O Sistema Presidencial

Os teóricos da questão Presidencialismo/Parlamentarismo procuram demonstrar que a experiência política tem comprovado que o Sistema Presidencialista traz implicações de várias naturezas: militar, econômica e financeira, porque permite ao Chefe do Executivo uma ação ilimitada. Esta a razão porque, pela soma de poderes que reúne, com freqüência, o Chefe de Estado assume um governo de arbítrio.

Na verdade, esta característica do Presidencialismo contrapõe o caráter filosófico da democracia de nossos dias por se tratar de um sistema cujas mudanças básicas da política de uma Nação dependem unicamente da decisão de um só cidadão - o Presidente da República.

A existência desse fato deve-se a uma distorcida compreensão da divisão e harmonia dos poderes públicos e à falta de flexibilidade necessária ao jogo político da democracia contemporânea.

"*Um governo individual nunca fundou qualquer coisa de perdurável. Concentrado os seus princípios, quando os há, na pessoa do mandatário, só há um princípio que é o seu arbítrio*". (11)

A realidade histórica tem revelado que o Presidencialismo não tem permitido o vigor e prestígio do Poder Legisla

Labim/UFRN

tivo, ao mesmo tempo que tem tirado a responsabilidade do Executivo, tem favorecido a ascensão ao poder de políticos sem competência, dispostos a servirem de capachos ao Presidente da República e, permitido manobras eleitorais típicas do voto de cabresto, tão comum na história política brasileira, outrossim, a corrupção nos meios políticos partidários, de modo que, o mandato presidencial se reveste de uma contínua preocupação da questão sucessória, atrelada aos compromissos partidários. Essa política de compromissos dá ao Presidente da República o consenso de que o partido e os correligionários não podem ser prejudicados, pela razão de terem se constituído na causa principal da vitória eleitoral do mandatário. Assim eleito, o Chefe de Estado se vê na contingência de nomear para os cargos públicos seus correligionários, estabelecendo como critério único o compromisso partidário, fugindo, em consequência, à consciência cívica de designar cidadãos capazes e de larga visão da problemática pertinente ao órgão que vai dirigir. - *"Com o presidencialismo, as câmaras legislativas são praças de negócios"*. (7)

No trivial, tem-se observado um desequilíbrio político e econômico nas nações presidencialistas, com origem em forças que só objetivam o domínio partidário, preocupadas em usufruir o poder que detém. O Presidencialismo conduz, freqüentemente, o País a revoltas, motins, rebeliões, envolvendo as forças armadas que se vêem desvirtuadas de suas funções. Esses fatos ocasionam danos irreparáveis à economia e às finanças políticas.

A economia também é afetada pelos investimentos em

Labim/UFRN

campanhas eleitorais, privando as atividades vitais - produção, comércio, etc. - de desfrutarem dos benefícios a que o Governo, em princípio, se obriga a conceder. Esse descompasso, conduz a um retraimento das atividades e iniciativas econômicas pelo temor da não garantia de estabilidade da organização e do trabalho econômico.

A base das forças negativas que o Presidencialismo acarreta está no fato de o sistema presidencial conceder enormes poderes àquele que dirige os destinos de um País.

Para os teóricos, o fundamento filosófico que norteou a criação do Presidencialismo, em nossos dias é tido como obsoleto, pois, a teoria da separação e divisão dos poderes vingou na época em que os povos se viam escorraçados pelo Absolutismo Monárquico, sustentado pela Teoria do Direito Divino, contra o qual se insurgiu Montesquieu, no afã de ver limitados os poderes reais.

Os constitucionalistas contemporâneos defendem a existência de um só poder, o do povo organizado politicamente, exercido através de diferentes órgãos, numa atmosfera de cooperação, harmonia e conjugação de atividades de todos os ramos do poder num só sentido, o de orientar e dinamizar a vida pública.

Para Giraud, "*A experiência mostrou que a separação dos poderes, concebida de um modo estrito, era uma impossibilidade. A colaboração estrita dos órgãos do Estado é uma necessidade inelutável. O Lesgislativo e o Executivo são duas*

Labim/UFRN

rodas de uma máquina, se seus movimentos não se harmonizam, a máquina funciona mal". (17)

Assim sendo, não se pode conceber a separação dos poderes Executivo e Legislativo se ambos se interdependem. Unidos é que poderão oferecer solução aos conflitos que possam ser gerados entre eles.

O princípio da divisão e separação dos poderes é contrário à ciência política e jurídica. A soberania é una, não podendo existir poderes separados. O que se concebe é a diferenciação das funções legislativa, executiva e judiciária, porque, como diz Laski, o princípio da divisão e separação dos poderes corrói a responsabilidade do indivíduo, dá como resultado um extraordinário acréscimo da despesa pública e põe em contínuo conflito os dois ramos do poder público, o Executivo e o Legislativo, fortalecendo um, em prejuízo de outro, e dando a primazia quase sempre ao Presidente, quando ele é uma personalidade marcante, ou ao Congresso, se o Chefe do Executivo é uma figura débil.

Maurice Duverger, um dos mais respeitados cientistas políticos do momento, afirma: *"Mantidos no seu isolamento, estes órgãos, deles não podem sair senão a violência. De fato, os regimes de separação dos poderes são muitas vezes de golpes de Estado".* (18)

Laski afirma que *"A separação dos poderes corrói a responsabilidade ao dividi-la. ... importa em uma tentação para um presidente débil que se sinta inclinado a fugir à responsabilidade de direção".* (18)

Labim/UFRN

1.2 - O Regime PARLAMENTARISTA

Com referência ao Regime Parlamentar, consideram os teóricos, ser o que dispõe de amplas condições de prevenir e evitar conflitos, bem assim, o que oferece maior flexibilidade para solucionar as dificuldades de um país.

Em tal sistema, imprescindível se faz que o Chefe do Executivo se coloque acima das lutas partidárias, numa atitude de imparcial.

O Parlamentarismo se constitui no caminho seguro para a autêntica democracia, porque nela intervém uma vontade coletiva, e garante um curso mais estável dos planos de desenvolvimento social e econômico, porque, apesar de ser afeito à queda de gabinetes, evita conflitos de grandes proporções - motins, revoltas, revoluções.

Por toda a parte, o regime Parlamentar tem realizado, sob uma nova forma, uma fusão orgânica, entre os Poderes Legislativo e Executivo, afastando-se dos princípios tradicionais inseridos nas Constituições.

Não se há de negar que é uma feliz evolução e, até mesmo indispensável, porque, sendo imprescindível proteger a liberdade dos cidadãos, necessário também se faz salvaguardar a vontade estatal.

Um aspecto essencial temos a considerar, a compatibilidade do Federalismo com o Parlamentarismo, pois, cabendo à

Labim/UFRN

União a elevada função de traçar os planos gerais e os objetivos da política nacional, aos Estados, dentro desses planos e objetivos, é permitida a mais ampla e completa autonomia. Essa compatibilidade reside no fato de que as duas questões não se confundem: Federação é forma de organização do Estado, Parlamentarismo é sistema de Governo.

Dos dados que levantamos sobre a questão Presidencialismo e Parlamentarismo, percebemos que na atual movimentação histórica do mundo ocidental, o regime que tem sido propalado como o mais viável à tranquilidade dos povos é o Regime Parlamentar de Governo, como se observa nos países da Europa que o adotaram, gozando de uma paz política. Como diz Kelsen, é a única forma verdadeira de realizar o ideal democrático. E, para que a democracia viva e subsista é imprescindível que o Parlamento seja um instrumento apto a solucionar questões sociais que o momento histórico exige.

É vital que o Parlamentarismo passe, sempre, por reformulações no sentido de revigorar o elemento democrático. Esta é a razão por que o povo deve intervir de forma mais direta na obra do Legislativo. Assim sendo, as novas formas que o Parlamentarismo vai assumindo devem ser consideradas como seu aperfeiçoamento racionalista, sendo necessária a melhoria dos métodos de elaboração legislativa, adaptando-se às condições novas que o progresso da democracia e a complexidade crescente da vida contemporânea fazem surgir por toda a parte.

Labim/UFRN

CAPÍTULO II

Labim/UFRN

A SITUAÇÃO DO PRESIDENCIALISMO NO CENÁRIO LATINO AMERICANO

Na América Latina o Presidencialismo tem se apresentado como uma instituição negativa, provocando, na maioria dos países, uma tenaz instabilidade política.

Desde a independência das ex-colônias espanholas da América, inúmeros foram os golpes de Estado registrados de Norte a Sul do Continente. Isso nos leva a crer na inadequação do regime aos povos latino-americanos, tendo se comprovado que os governos presidenciais, quase sempre, têm degenerado em longo e cruel despotismo.

Portanto, a história das Repúblicas da América Latina tem sido palco de tristes episódios revolucionários, onde a corrupção é uma dominante.

O sistema Presidencial, fundado na Constituição Estadunidense, firmado na primazia política do Chefe do Poder Executivo é, como assinala Laski *"uma instituição exclusiva e puramente norte-americana, que funciona em um meio norte-americano, que foi modelada pela força da história norte-americana e que deve ser julgada com critério norte-americano com resposta às necessidades norte-americanas"*. (18)

Esta é a causa essencial do insucesso do regime presidencialista do Continente Sul-Americano - Na América Latina não há ambiente político apto ao desenvolvimento pleno do

Labim/UFRN

Presidencialismo, pela inexistência das razões que o fizeram nascer nos Estados Unidos da América do Norte.

2.1 - O Brasil nos Regimes Presidencial e Parlamentar

2.1.1 - A Experiência Presidencialista

Vivendo questões semelhantes aos de seus vizinhos da América do Sul, o Brasil, desde 1891, caminha com o Presidencialismo, regime que tem degenerado em governos de caráter pessoal, cujo poder sem os limites da fiscalização parlamentar passou a ser irrevogável e único. Por sua própria natureza, o Presidencialismo tem neutralizado a ação fiscalizadora, dos partidos, entravado a solvência normal das crises políticas, contribuído para as camarilhas pessoais e, se inclinado para a ditadura e a tirania.

Os anos que o Brasil tem vivido o Regime Republicano se têm caracterizado por inquietações, freqüentes levantes e revoltas, decorrendo deles vastos prejuízos à economia e às finanças do Pais. Embora potencialmente rica, a Nação Brasileira está em contínua insegurança econômica e largos déficits orçamentários, cuja responsabilidade cabe à classe dirigente que se mantêm alheia aos graves problemas que urgem soluções.

Esse aviltamento do regime concorreu seriamente para os erros e crises políticas por que tem passado o País na sua fase republicana de governo. Contam-se os períodos presi

Labim/UFRN

denciais em que não se presenciou atitudes e reações de autoritarismo e de rebeldia.

Cedo começou a se processar uma oposição ao Presidencialismo. O próprio Rui Barbosa, um dos mentores do regime, no País, declarou: "*Começo a sentir que não haverá talvez nenhum outro meio de chegar, entre nós, a um governo realmente democrático, fundando a responsabilidade do poder, perante o povo e chamando o mérito e a capacidade a partilhar de poder, à gestão das finanças, à administração dos negócios estrangeiros e à elaboração da lei. Não se poderão adiar por muito tempo reformas tão essenciais, sob pena de lançar o país na desordem, e comprometer os interesses mais caros do seu crédito e da sua existência mesma*".(8)

Muitos foram os brasileiros que se colocaram nessa resistência ao Presidencialismo. Milton Campos afirma: "*A verdade é que o regime presidencial, com a escolha periódica e tormentosa, não de um magistrado, mas de um verdadeiro dono do Brasil, tem trazido à Nação um traumatismo quinquenal com permanente desassossêgo para o povo e dano irreparável à nossa capacidade de progredir*". (12)

Na realidade, a adoção do regime presidencial surpreendeu os meios sociais da época, porque, no decorrer da campanha republicana não se debateu, nem se descutiu a questão. Mesmo os teóricos do regime republicano no Brasil não idearam para a Nação o Regime Presidencial. Demonstração clara disso é o Manifesto de Itu, em 1870 - revela uma posição diferente ao dizer que "*a soberania só pode existir em uma nação em que o Parlamento tenha a suprema direção e pronuncie a última pala*

Labim/UFRN

vra nos negócios públicos". (21)

A adoção do Presidencialismo deveu-se à influência norte-americana e à Filosofia Positivista, em voga na época. Foi uma imposição do Governo Provisório. Desde, então, os períodos governamentais viveram um clima de insegurança. De Deodoro a Washinton Luís registraram-se golpes e rebeliões, conflitos. Daí, seguiu-se a ditadura de Vargas. O Governo de Eurico Gaspar Dutra representou uma exceção, pelo clima de relativa tranquilidade que o caracterizou. Seguiram-se os governos efêmeros de Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos, as graves agitações originárias da campanha presidencial de Kubitschek . Empossado Juscelino, ocorreram os movimentos de Jacareaacanga e Aragarças. Seu sucessor, o Presidente Jânio Quadros, após sete meses de administração, enviou ao Congresso a renúncia.

2.1.2 - O Parlamentarismo no Império Brasileiro

O Regime Parlamentarista instaurado durante o Período Monárquico da História do Brasil demonstrou a adequação do mesmo às condições políticas brasileiras. Instaurado, em 1848, com a criação da Presidência do Conselho de Ministros, possibilitou um largo equilíbrio financeiro, ampla liberdade, valorização da nossa moeda, política externa respeitada e uma situação interna de pacificidade. O país não conheceu revoluções ou golpes de Estado.

Labim/UFRN

Foi uma época propícia ao sistema, porque, a economia brasileira tendo à frente de produção agrícola a cultura do café viu nascer empreendimentos de grande vulto que beneficiaram vários setores sociais. Po outro lado, o mundo atravessava uma fase de prosperidade econômica, num clima político, promissor sem as implicações que o Capitalismo tem acarretado nos últimos cinquenta anos para os países do tipo Brasil, dependentes sensivelmente do capital internacional.

2.1.3 - 1961 - O Retorno ao Parlamentarismo: Uma Solução que se Apresentou para a Nação

Em 1961, o Brasil viveu um clima de fortes tensões. Tendo renunciado o Presidente Jânio Quadros, as correntes de opinião, conservadoras, tudo fizeram para impedir que o Vice-Presidente João Belchior Marques Goulart assumisse o Poder.

O Retorno do Parlamentarismo ao Brasil, pelo Ato Adicional de 02 de setembro de 1961, votado pelo Congresso Nacional, após notável propaganda da qual partilharam personalidades marcantes da política e do meio cultural brasileiro - Raul Pilla, Joaõ Santos - representou a alternativa encontrada pa a séria crise política que envolveu o País.

Desde 1946, que parlamentares debatem a viabilidade da volta do Governo de Gabinete ao Brasil. Em 1946, Raul Pilla apresenta à Assembléia Constituinte o Manifesto ao Poder Legislativo, da autoria de João Santos: "Aí se verá que terão

Labim/UFRN

fielmente cumprido o seu mandato, no dia em que promulgarem uma Constituição na qual renasça, se condense e concretize, a grande República Federativa de Forma Parlamentar. ...É questão de instituir na Nação, nos Estados e nos Municípios o Governo Representativo da Forma Parlamentar, que em qualquer das três categorias, deverá ser sempre coletivo e de responsabilidade solidária, respectivamente constituído pelo Conselho de Ministros, pelo Secretariado de Estado e pela Intendência Municipal, cada um deles constante e permanentemente responsável perante o correspondente corpo Legislativo". (21)

Após a tentativa feita em 1946, Raul Pilla renovou o seu propósito em 1949, apresentando uma Emenda Constitucional nesse sentido. Rejeitada em 1952 voltou a apresentar nova emenda.

A sua terceira tentativa em 1956, novamente rejeitada em 1959. Modificada em 1961, voltou a lançar a sua proposta que serviu de base ao Ato Adicional que restaurou o Sistema Parlamentarista.

Labim/UFRN

CAPÍTULO III

Labim/UFRN

O PARLAMENTARISMO NA REPÚBLICA

3.1 - O Impasse da Sucessão

Em agosto de 1961, a Nação foi tomada de espantosa surpresa. O político que conseguira galgar a Presidência da República pela confiança depositada por uma esmagadora maioria do eleitorado brasileiro, renunciou à responsabilidade de condutor dos destinos políticos do País.

Encontrando-se o Vice-Presidente João Goulart ausente do Brasil, por essa ocasião, o problema sucessório passou a constituir-se num impasse. Os antecedentes políticos de Goulart, o legítimo sucessor à Presidência da República, não batiam com a ideologia conservadora de determinados setores da realidade sócio-política brasileira, temerosos de ver instituído no País um governo de esquerda.

Se bem que o Artigo 77 da Constituição de 1946 permitisse legalmente a posse de Jango, travaram-se exarcerbadas discussões acerca de sua investidura.

O País viveu uma séria crise que refletiu aspectos peculiares entre o quadro social e o sistema político.

Distante Jango, pela Constituição, deveria assumir a Presidência, em caráter provisório o Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Todavia, a elevação do custo de vida desgastara a popularidade de Jânio Quadros, que compreen

Labim/UFRN

deu ser difícil satisfazer os anseios da oligarquia financeira que sustentava o seu governo através de meios democráticos. Tentou romper o impasse inconstitucional, através de um golpe de Estado que lhe capacitasse governar acima das classes sociais e dos partidos políticos. Seu objetivo era renunciar ao Congresso levar as Forças Armadas a permitir o seu retorno, como ditador, para não entregar o Governo ao Vice-Presidente João Goulart.

Embora esse plano tenha falhado, surtiu efeito em detrimento da questão sucessória. As suas insinuações contra João Goulart, que se encontrava em missão especial econômica na China, levaram os seus ministros militares, General Odilo Denis (Exército), Almirante Sílvio Heck (Marinha) e o Brigadeiro Gaun Moss (Aeronáutica) a se declararem em desacordo com a investidura de Goulart no Poder. Porém, frações da classe militar e outros segmentos da sociedade - políticos, homens públicos, etc. - fiéis aos preceitos constitucionais, exigiam que o Vice Presidente fosse empossado.

Contribuiu consideravelmente para a opinião dos militares a militância política de Goulart à época em que assumiu a pasta do Trabalho da Presidência, Getúlio Vargas e, sua atuação, à frente de duas Vice-Presidências da República, quando reafirmou sua posição de batalhador pela questão social - o trabalhismo -. Sua militância em favor da causa operária teve um considerável peso, quanto à desconfiança em que caiu nos altos escalões militares, que passaram a trabalhar no sentido de conduzir o Congresso a impedir, por um voto formal, a chegada de Jango à Chefia do Executivo, o que, conseqüentemente garanti

Labim/UFRN

ria a permanência na Presidência da República de Ranieri Mazzilli, até eleger-se um novo Presidente no prazo de 60 dias.

Os ministros militares lançaram um manifesto ratificando sua posição contrária à posse de Jango, por considerá-lo uma ameaça à paz social, por entendê-lo um elemento de agitação do movimento sindical e, temê-lo inclinado ao comunismo de Moscou e da China.

Tal decisão foi comunicada ao povo brasileiro através do Congresso.

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional:

"Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de Chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao País do Presidente João Goulart.

Brasília, em 28 de agosto de 1961.

Ranieri Mazzilli". (25)

Essa posição refletia o seu receio de que, permitida a posse de João Goulart, as Forças Armadas tivessem a sua ordem subvertida. - *"era um sintoma do temor constante por parte dos militares de que um movimento operário "sindicalista" pudesse destruir as Forças Armadas da sua posição de grupo mais importante no cenário brasileiro".* (22)

Labim/UFRN

No seio do Exército não havia unicidade de opinião. Goulart era apoiado por frações do Exército que constituía poderosa força - o III Exército, comandado pelo General Machado Lopes, sublevado por Brizola, através da Brigada Militar, e que terminou por aderir à luta pela legalidade.

Essa discordância de opinião entre os militares e, a perspectiva de problemas com o Governo de Washington, face à declaração do Presidente John Kennedy, de que suspenderia toda ajuda financeira ao Brasil, caso não fosse cumprida a legalidade, conduziu o Ministro da Guerra, General Odilo Denis a posicionar-se no sentido de aceitar a solução de emergência apresentada pelo Congresso.

Em todo o País foi encetada uma campanha pela posse de João Goulart. Greves eclodiram nos principais centros do território nacional.

3.2 - A Solução Encontrada pelo Legislativo

Uma frente ampla, representada por intelectuais, forças populares, líderes trabalhistas, etc., firmou-se numa posição de exigir o cumprimento da legalidade, através da observância do preceito constitucional que assegurava a investidura de Jango no Poder.

Todavia, o peso maior da opinião pública configurava-se nas forças do centro, representadas por governadores, líderes católicos, grande parte da classe média que, atreladas aos princípios de democracia, postavam-se intransigentes quanto

Labim/UFRN

ao cumprimento dos preceitos constitucionais.

Com a renúncia de Jânio Quadros, Goulart não alimentava ilusões quanto a gravidade daquele instante da vida política brasileira.

Diante da problemática sucessória que gerou a grave crise política que envolveu a Nação e, em consequência da posição legalista da opinião pública, o Congresso buscou resolver o impasse sucessório negando-se a vetar a investidura de Jango ao poder. Como solução, a Comissão designada para analisar a questão, decidiu pela criação do Sistema Parlamentar de Governo.

Após uma reforma no seu Regimento Interno, o Congresso adotou a Emenda Parlamentar, chamada Ato Adicional, em 02 de setembro de 1961. Os ministros militares dirigiram mensagem ao Presidente da República, em exercício, o Deputado Ranieri Mazzilli, comunicando a sua aceitação ao compromisso parlamentar.

A solução parlamentarista surgiu do acordo PSD/UDN, temerosos esses partidos do risco que o Brasil poderia correr com a ascensão de Jango ao Poder Executivo. Essa mudança do regime já era reclamada pelos meios parlamentares.

A mudança do regime implicava assegurar o Poder Civil, isto porque, as Forças Armadas tendiam para uma solução inconstitucional, em última instância, o General Cordeiro de Faria aceitava esse pensamento, mas declarou que: "*seu compromisso de apoio não excluía o seu dever de intervir, com os demais colegas de comando militar, caso as forças armadas considerassem necessária a intervenção para manter a ordem*". (22)

Labim/UFRN

Enquanto o legislativo esforçava-se para salvar a legalidade, outros setores políticos (e aí marca presença o Governador da Guanabara Carlos Lacerda) apoiavam os círculos militares no sentido de que fosse instaurada a ditadura.

Distante do País, e sendo o seu desejo assumir os direitos que a Constituição lhe garantia, o Vice-Presidente João Goulart, após entendimentos com correligionários seus que o colocaram a par da situação política brasileira e da intenção do Legislativo de criar um Sistema Parlamentar, João Goulart dispôs-se a ser receptivo à solução do Congresso. - "e Afonso Arinos, dispôs-se a ser receptivo à solução parlamentar, pois como democrata seu desejo era contribuir para que o Brasil não sofresse uma guerra civil ou uma solução inconstitucional".(22)

O que representou o recurso parlamentar na solução do conflito político brasileiro, quanto à sucessão presidencial de Jânio Quadros?

Significou uma solução para a crise gerada pelo veto dos militares à posse de Goulart. Foi, também, a soma dos esforços realizados por partidários do Sistema Parlamentar, liderados por Raul Pilla.

3.3 - GOULART: Um Presidente no Parlamentarismo

"Goulart assumia o Executivo, à frente de um regime parlamentar, num país em crescente e assustadora onda inflacionária. Uma nação que se movimentava no cenário internacional de horizontes sombrios. Mundo às portas de grave crise ge

Labim/UFRN

neralizada. Pesado legado que o seu antecessor, Jânio Quadros, abandonara confuso". (3)

A presente citação representa uma demonstração inequívoca das dificuldades que João Goulart teve de enfrentar, como Presidente, quer no período do Governo de Gabinete, quer na fase em que exerceu plenos poderes presidenciais.

Goulart encontrou o País em graves problemas que advinham de outros períodos presidenciais. A partir de 1930, como a História tem registrado, qualquer esforço que se tem realizado no sentido de incrementar a industrialização no Brasil, tem se chocado com interesses do capital internacional, em especial do capital inglês, e mais particularmente, o norte-americano. Inglaterra e Estados Unidos sempre viram no Brasil um mercado consumidor para os seus produtos industriais.

Em face às dificuldades do balanço de pagamento e da crise generalizada do sistema capitalista, essa problemática foi se intensificando, sobretudo com a intervenção do Estado na economia, visando a promover o desenvolvimento do País. Essa atitude do Presidente Getúlio Vargas constituíu-se numa medida que urgia para a Nação, diante das dificuldades do balanço de pagamento e de ser imperiosa a regulamentação das relações de trabalho, bem assim, da necessidade de romper com o bloqueio imposto pelos cartéis internacionais a setores básicos da produção.

Novamente, dirigindo a Nação Brasileira, em 1951, Getúlio adotou novas medidas nacionalistas: instituiu o monopólio estatal do petróleo, elaborou o Projeto da Eletrobrás, encareceu as importações de bens de capital e tentou controlar a remessa de lucros para o estrangeiro.

Labim/UFRN

Daí, então, a economia do País passou a receber investidas de grupos estrangeiros, porque essas iniciativas prejudicavam interesses monopolistas de poderosos cartéis. Essa questão refletiu no aspecto político, uma vez que esses grupos passaram a operar, juntamente, com a burguesia comercial brasileira, dependente dos negócios externos, no sentido de alijar Getúlio do Poder.

Com o Governo de Juscelino Kubitscheck ocorreu uma séria contradição: seu modelo econômico foi montado para chamar o capital estrangeiro a investir no país; todavia, o governo concedeu-lhe insenções e privilégios que prejudicaram a indústria nacional.

O período final da Presidência de Juscelino já se apresentava por demais desgastante. Configuravam-se indícios de violenta crise: o setor industrial encontrava entrave na sua expansão, face à debilidade do mercado externo, a crescente remessa de lucros, juros e dividendos para o estrangeiro que enfraqueceram a economia nacional.

O quadro econômico brasileiro estava bastante crítico: de um lado, forças políticas declaravam a necessidade de reforma agrária e da remessa de lucros para o estrangeiro, do outro, frações das classes dominantes, dependentes do capital financeiro externo propalavam o livre câmbio, a diminuição de crédito e a compressão de salários. Era difícil optar por uma dessas saídas, pois já afirmamos que, a industrialização nacional revigorava a indústria internacional, que interferia nas decisões do Governo, porque a nossa economia estava cada vez mais atrelada aos trustes estrangeiros.

Como reflexo da industrialização, processou-se o fortalecimento da classe operária, porque, o Partido Trabalhis

Labim/UFRN

ta Brasileiro foi um dos pilares do Governo Kubitscheck. Por esta razão, o Presidente, se cedia aos interesses estrangeiros, também agia de forma conciliatória com o movimento operário.

Até 1960, essa política assegurou certa tranquilidade ao Governo. Daí então, o país presenciou a ocorrência de greves, invasões de terras, que representavam a luta entre as classes dominantes e classes dominadas.

Empossado Jânio Quadros, procurou pôr em prática uma política anti-inflacionária, de compressão de salários e de contenção de créditos. Por tais medidas que sacrificavam as classes dominadas e os grupos mais frágeis da classe burguesa percebe-se que o Presidente governava comprometido com a oligarquia financeira.

Ao assumir a Presidência da República, João Goulart tinha uma proposta de Governo: as REFORMAS DE BASE, que refletia a sua vivência na política nacional e a larga visão que possuía das questões sociais que envolviam o País.

O Governo de Gabinete que vigorou no período de setembro de 1961 a janeiro de 1963, representou um período de instabilidade política, o que bem caracteriza um sistema parlamentar. Nem o Presidente, nem o Conselho de Ministros, tiveram condições de enfrentar o país diante da crescente crise inflacionária.

Além da oposição de ordem militar, o Governo Goulart foi perseguido pelas pressões do capital estrangeiro e, pelas dificuldades que lhe foram impostas pelo Governo norte-americano.

Labim/UFRN

Jango tinha retomado a bandeira do populismo e do nacionalismo que faz nascer ódios e incompreensões entre setores do grande poder econômico, notadamente as multinacionais.

Dispôs-se a solucionar a séria crise financeira que o País atravessava. Porém, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e outros principais credores do Brasil se reservavam a conceder ajuda ao Governo Brasileiro, por não acreditarem na intenção nem na força do Presidente para executar um programa anti-inflacionário.

Por outro lado, a desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT (International Telephone e Telegraph), pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, concorreu para um maior esfriamento das relações Brasil/Estados Unidos. O Congresso norte-americano votou a emenda Hickenlooper, sustando a ajuda americana, às nações que desapropriassem bens americanos, sem imediata indenização. Entretanto, para a nossa economia, era justa a desapropriação, porque esses serviços permaneciam sendo executados por meios obsoletos, acarretando enormes prejuízos ao nosso processo industrial. Ao mesmo tempo, favoreciam às empresas estrangeiras que recebiam lucros e dividendos.

Ainda que Jango tenha tentado resolver, segundo as imposições de Washington, o problema das subsidiárias, não chegou a satisfazer os propósitos dos Estados Unidos.

Disposto a impor no Quadro Mundial o Brasil, como uma Nação Politicamente Independente, tomou atitudes que comprometeram suas relações com os Estados Unidos; além da não

Labim/UFRN

disposição de cooperar amplamente com a aliança para o progresso, a morosidade com que procurou resolver a questão das subsidiárias de empresas norte-americanas, e o seu apoio ao Governo de Cuba.

Esse e outros fatos contribuíram para que a Nação Norte-Americana utilizasse sempre o poder de barganha a cada necessidade que o Brasil se obrigava de contrair empréstimos ao seu Governo.

Uma questão preocupava, também, o Presidente João Goulart, a crise financeira do País cujo quadro apresentado era alarmante e de difícil solução. Esse panorama era por demais desgastante para Jango, em termos políticos.

Goulart dispôs-se, então, a um amplo programa de reformas, visando a conquistar, especialmente, certos setores populares. Das reformas, a que maior cuidado recebeu foi a questão da reforma fundiária.

Desde, 1958, Jango lutava para que o mercado interno fosse ampliado. Tal iniciativa era entravada pela burguesia atrelada ao capital estrangeiro e ao latifúndio. Dessa forma, a situação do trabalhador rural via-se cada vez mais precária.

Por outro lado, para executar a reforma agrária, Jango deparava-se com o Artigo 141 da Constituição de 1946, que previa a indenização, em dinheiro, para as desapropriações por interesse público. O Congresso, cuja maioria representava as classes dominantes, não tinha interesse em modificar esse artigo.

Labim/UFRN

Na Região Nordeste, desenvolviam-se amplamente os conflitos de terra, notadamente em Pernambuco, tendo em vista a escassez de alimentos. A inquietação social se intensificava e, os partidos políticos tratavam de defender os interesses das classes que representavam: PSD e UDN = classes dominantes; PTB = classes dominadas.

As reformas propostas pelo Presidente João Goulart destinavam-se a mudar as estruturas econômicas e sociais do Brasil. A democracia social que incentivava e as reformas de base que promovia foram gerando graves reações da parte dos poderes econômicos contrariados.

Em 1962, instalou a Eletrobrás, criou o CONTEL (conselho Nacional de Telecomunicações) e a Comissão de Energia Nuclear, com o monopólio estatal para a pesquisa.

Desde o início de seu Governo, o Presidente João Goulart empenhou-se numa batalha para readquirir plenos poderes presidenciais - conseguir o fim do sistema parlamentar de Governo, apressando o plebiscito previsto pelo Ato Adicional . Sérios entraves encontrou para a realização desse intento. O fato de os ministros militares haverem aceito a solução Parlamentar não tinha anulado a oposição ao Presidente Goulart.

Jango procurou observar de que lado ficava o equilíbrio do poder no sistema político brasileiro, razão por que, aproximou-se da esquerda. A direita acusava-o de estar comprometido com os comunistas e de tramar um golpe. Portanto, conceder poderes ao Presidente e autoridade especial aos seus ministros apenas ajudaria seus propósitos subversivos, assim pen

Labim/UFRN

sava. O centro e a esquerda apoiavam a volta do Presidencialismo.

Entretanto, o apoio para obter mais amplos poderes presidenciais teria que vir dos militares, o que foi conseguido através de uma hábil política de promoções e transferências.

Em setembro de 1962, os três minitros militares proclamaram um manifesto favorável ao plebiscito. Muito concorreu para tal atitude a nomeação do General Amauri Kruel para a pasta da Guerra, no último Gabinete Parlamentar, tendo à frente o Primeiro-Ministro Hermes Lima.

João Goulart deu óbvias demonstrações de empreender uma luta em prôl do retorno ao Sistema Presidencialista. O Primeiro-Ministro indicado por João Goulart, quando da implantação do Sistema Parlamentar, foi o Sr. Tancredo Neves, ex-ministro do Trabalho do Governo Vargas, em 1954, e que continuava atrelado ao esquema getulista. Foi uma escolha de caráter pessoal, considerando que Tancredo Neves não pertencia ao quadro de parlamentares.

O primeiro gabinete parlamentar representou aunião dos três maiores partidos. O Primeiro-Ministro pertencia ao PSD, além do partido contar com a direção de mais 4 pastas. O Partido Trabalhista Brasileiro, no qual João Goulart militava desde 1946, estava, também, representado, inclusive no Ministério do Exterior, na pessoa do Professor Francisco de San Tiago Dantas.

A UDN, partido de classe dominante, também figurava no Gabinete.

Labim/UFRN

Todavia, Tancredo Neves se inclinara para o nacionalismo, ao cancelar a proposta do Deputado Gabriel Passos, Ministro das Minas e Energia, de todas as concessões de jazidas feitas ilegalmente ao truste norte-americano Hanna, que investia contra a companhia estatal Vale do Rio Doce. Tal medida teve reflexo na forma ideológica do Governo Goulart, gerando suspeitas por parte de poderosos grupos econômicos internacionais. O ministro San Tiago Dantas, do Ministério do Exterior, reatou as relações diplomáticas com a URSS e não aceitou a proposta dos Estados Unidos das sanções contra Cuba.

Tancredo Neves encontrou o País em dificuldades, com uma drástica reforma cambial iniciada por Jânio Quadros. O índice geral dos preços atingira 45%, em 1961, devido as emissões destinadas a atender as necessidades de crédito das empresas particulares e a cobrir o déficit do Tesouro Nacional.

Com a renúncia de Tancredo Neves, em junho de 1962, o Congresso rejeitou o nome do Professor San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro-Ministro, figura pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro, e igualmente não pertencente ao quadro de parlamentares.

Quanto à indicação do líder do Senado, o Senador Pessedista Áureo de Moura Andrade, para o cargo de Primeiro-Ministro, embora tenha sido feita pelo Presidente João Goulart, a sua interferência na composição do Gabinete conduziu Moura Andrade à renúncia.

O novo nome indicado, Brochado da Rocha, era um político comprometido com Leonel Brizola e o Presidnete João Gou

Labim/UFRN

lart. Havia ocupado a pasta da Justiça do Governo Brizola.

O Primeiro-Ministro Brochado da Rocha tudo fez para apressar o plebiscito e, logicamente, antecipar o fim do Parlamentarismo, pois ao apresentar o Ministério o Programa de Governo, declarou que o regime parlamentar era ilegítimo e, declarou a volta ao sistema presidencial. Comprometeu-se a continuar a política exterior "independente" do Brasil, combater a inflação e a falta de alimentos. Convocou um plebiscito antecipado para decidir quanto à continuação do Parlamentarismo. Em agosto pediu poderes especiais ao Congresso, que incluíam a autoridade para o Gabinete legislar por decreto, o que o Congresso não deliberou.

Em setembro de 1962 renunciou ao cargo de Primeiro-Ministro, sem razões constitucionais, mas declarando fazê-lo devido aos entraves que encontrava para a realização do plebiscito. - "O Gabinete Brochado da Rocha retirava-se sem ter recebido moção de desconfiança da Câmara e num momento particularmente difícil para a recomposição do Governo, pois o País estava nas vésperas das eleições parlamentares de outubro sendo extremamente improvável a reunião, em Brasília, de deputados em número suficiente para a aprovação de um novo Ministério". (22)

Após a renúncia do Primeiro-Ministro Brochado da Rocha, o Presidente Goulart pressionou o Congresso para a realização do plebiscito. A tensão política - greves, pressão sindical, militar, aumentou e, a causa presidencialista começou a ganhar corpo entre os parlamentares.

O Congresso votou a lei complementar nº 2, de 06 de

Labim/UFRN

setembro de 1962, determinando a realização de um referendum popular, ao qual seria submetida a emenda constitucional nº 4, de 02 de setembro de 1961 - o Ato Adicional - que instituíra o Sistema Parlamentar.

O Presidente mobilizou todos os meios ao seu alcance - propaganda, recursos financeiros, etc. - na campanha pela volta ao Presidencialismo.

Com a realização do plebiscito e, conseqüente vitória do Sistema Presidencial, em 06 de janeiro de 1963, o Congresso promulgou, em data de 23 de janeiro de 1963, a emenda constitucional que restabelecia o sistema Presidencial do Governo, instituído pela Constituição de 1946.

O plebiscito de 1963 relegitimou João Goulart como Chefe de Estado e de Governo de um regime presidencialista restaurado.

Labim/UFRN

CONCLUSÃO

Labim/UFRN

O estudo do tema da presente monografia nos possibilitou uma visão aprofundada da questão Presidencialismo e Parlamentarismo, ao mesmo tempo que permitiu uma análise consciente do Governo Parlamentar de João Goulart.

Da análise realizada entre os dois sistemas de Governo - Presidencialismo e Parlamentarismo, concluímos que a História Política das Nações Latino-Americanas, na qual o Brasil está inserido, tem comprovado que o Presidencialismo não tem correspondido, até os nossos dias, ao Regime adequado às condições políticas das nações do Continente Sul-Americano.

O parlamentarismo, embora contenha em sua essência os caracteres em conformidade com os princípios da moderna democracia, a experiência brasileira demonstrou que instaurá-lo, apenas, não é o que basta. O seu desenvolvimento pleno só poderá ocorrer em ambiente político que contenha as condições apropriadas.

O Sistema Parlamentar adotado na Época Monárquica, cujo êxito alcançado é incontestável possibilitou a prosperidade ao País, reimplantado na Fase Republicana não encontrou meios suficientes para o seu desenvolvimento.

A sua adoção em 1961 foi determinada pela renúncia do Presidente Jânio da Silva Quadros, fato que, tomando de surpresa os círculos políticos do País, gerou uma grave crise em torno do problema sucessório, porque os setores conservadores do País procuraram impedir a investidura de João Goulart no poder.

Labim/UFRN

A solução chegada pelo Congresso foi a adoção do Sistema Parlamentar. Infelizmente, o ambiente político reinante não permitiu a sua total realização. E, dentre os fatores que contribuíram para o seu malogro temos a considerar:

1. a realidade histórica do momento que era adversa e por demais complexa da conjuntura em que apresentava o Brasil no século XIX. Em 1961/1962, o Brasil enfrentava graves problemas de natureza econômica: uma séria onda inflacionária e um agravamento da situação política, motivado pela atuação de forças ideológicas - da direita, do centro e da esquerda. No quadro social as greves e escassez de alimentos eram responsáveis por freqüentes inquietações;

2. em suas relações com o exterior, o País era pressionado pelas exigências do FMI, Fundo Monetário Internacional, no sentido de conter a inflação e, pelas ameaças de não ajuda econômica por parte dos Estados Unidos, face à política de nação independente que o Presidente Goulart procurou impôr;

3. um fato agravava, também, a situação política, a inexistência de Partidos Políticos. - "A ausência de partidos políticos organizados determinou, na Câmara, a falta de reação contra a invasão presidencial na formação dos gabinetes, e permitiu ao Primeiro-Ministro Brochado da Rocha empossar-se depois de declarar francamente que considerava ilegítimo o ato adicional e de exigir a imediata realização do plebiscito, contra a letra expressa do mesmo ato". (22)

Labim/UFRN

"... e os partidos políticos nacionais nunca cumpriram a missão constitucional de manter a independência do legislativo e exercer a fiscalização democrática. Ou se submetem passivamente ao Executivo, em troca de favores, ou insuflam a revolução e a legalidade". (22)

d. a militância partidária de João Goulart, que desde 1946 assumira um compromisso moral na luta pela política trabalhista brasileira, e a política nacionalista que se propôs a implantar, feriam os interesses de poderosos grupos nacionais e estrangeiros.

Goulart, na sua trajetória como Presidente da República em Regime Parlamentar, deliberou-se a reintegrar-se na plenitude do Poder Pessoal que a criação do sistema Parlamentar o tirara. Na verdade, a luta pelo nacionalismo e pelas questões sociais permitem entender a missão histórica a que se destinara. Compreendemos o seu mais alto singnificado dentro das circunstâncias históricas da época e, pela sua obstinação de homem público voltado para a solução dos problemas que afligiam o País.

Mas, o fato de haver aceito assumir a Presidência da República num sistema Parlamentar de Governo, com a responsabilidade de orientar, no período de transição a passagem da Nação de uma sistema de governo pessoal - O Presidencialismo - para um outro de responsabilidade coletiva - Governo de Gabinete - e limitação de poderes, o obrigava e exercer as funções que o Legislativo o confiara, já que prestara juramento em Congresso, ao ser empossado em setembro de 1961.

Labim/UFRN

Essas questões apresentadas significam as causas por que no período Republicano o Parlamentarismo não alcançou os fins almejados pelos seus mentores, tal como ocorrera durante a Forma Monárquica de Governo.

Labim/UFRN

SUMMARY

Labim/UFRN

This monograpg deals with the theme, "Parliamentarism in the João Goulart Government", during the time period September 1961 to January 1963. For a more exact understanding of the reasons why the Parliamentary System in this Republican phase could not develop in a cabal form, we considered it desirable to present a theoretical reference concerning the question of Presidentialism and Parlamentarianism. This is followed by an overview of the Latin American Scenario in face of the inadequacy of the Presidential System of Government adopted by Latin American Republics, and, in general lines, by a synthesis of the parliamentary experience during the Brazilian Empire.

From that starting point we elaborated a conjuctural analysis of the September 1961 to January 1963 time frame, dimensioning the political, economic and social aspects of parliamentarianism during the Government of João Goulart.

Labim/UFRN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Labim/UFRN

1. ALVES FILHO, F. Rodrigues. O que é parlamentarismo; doutrina e prática no mundo. São Paulo, Obelisco, 1961. 156 p.

2. BANDEIRA, Moniz. Presença dos Estados Unidos no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. 189 p.

3. _____. O Governo de João Goulart, as lutas sociais no Brasil 1961 - 1964. 3a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

4. _____. Cartéis e desnacionalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 13 p.

5. _____. Brizola e o trabalhismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. 7-34 p.

6. _____. O 24 de agosto de Jânio Quadros. Rio de Janeiro, Ed. Melson, 1961. 6 - 68 p.

7. BARBOSA, Rui. Apud MEDEIROS, J. A. B. de (Presidencialismo Versus Parlamentarismo).

Labim/UFRN

8. _____. Apud. MEDEIROS, J. A. B. de (presidencialismo Versus Parlamentarismo).

9. BASBAUM, Leôncio. História sincera da República, de 1961 a 1967. 2a. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. V. 4. 21 - 216 p.

10. BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. O Governo Kubitscheck - desenvolvimento econômico e estabilidade política. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 95 p.

11. COLMO, Alfred. Apud. MEDEIROS, J. A. B. de. (presidencialismo Versus Parlamentarismo).

12. CAMPOS, Milton. Apud. MEDEIROS, J. A. B. de (Presidencialismo Versus Parlamentarismo).

13. DANTAS, San Tiago. Política externa independente. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. 229 p.

14. DUVERGER, Maurice. Apud. MEDEIROS J. A. B. de (Presidencialismo Versus Parlamentarismo).

Labim/UFRN

15. FURTADO, Celso. Análise do modelo brasileiro. 5a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, 32 p.

16. FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o desenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, 54 p.

17. GIRAUD, Apud. MEDEIROS, J. A. B. de (Presidencialismo Versus Parlamentarismo).

18. LÁSKI, Harold. Apud. MEDEIROS, J. A. B. de (presidencialismo Versus Parlamentarismo).

19. KELSEN, Hans. Problemas escagidos de la Teoria pura del derecho. 1952.

20. MAGALHÃES, Sérgio. Problemas e desenvolvimento econômico. Rio de Medeiros, s. ed. 1960. 14 p.

21. MEDEIROS, J. A. B. de. Presidencialismo Versus Parlamentarismo. Rio de Janeiro, Borsoi, 1962. 13 p.

22. QUADROS, Jânio & MELO, Afonso Arinos Franco. A história do povo brasileiro. São Paulo, Jânio Quadros Editores Culturais, 1967. V. 6.

Labim/UFRN

23. RYFF, Raul. O fazendeiro Jango no Governo. Rio de Janeiro, Avenir, 1979. 36 p.

24. SANTOS, José Maria dos. Apud. MEDEIROS, J. A. B. de (Presidencialismo Versus Parlamentarismo).

25. SKIDMORE, Thomas. Goulart no poder (1961 a 1964). In: _____. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo 5a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 252 - 307 p.

26. WEFFORT, Francisco C. Política de Massa. In: LANNI, Octávio. Política e revolução social no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. 113 p.

27. _____. Estado e massas no Brasil. Revista Civilização Brasileira. (7): 137 - 158, maio, 1966.

Labim/UFRN

Labim/UFRN

Autor: CRUZ, Maria Ferdinanda Silveira da

Título: O Parlamentarismo no Governo João Goulart.

Devolver em	NOME DO LEITOR

96
Reg: 4002/95